



## A Evolução dos Crimes Virtuais no Brasil: Impactos, Legislação e medidas de prevenção.

### Autor(es)

Lorena Vale Pereira  
Edylla Lorrany Do Nascimento Fernandes  
Shannya Maria Pereira De Carvalho Silva  
Adryah Cunha Bueno  
Júllia Cardoso Costa  
Deborah Sousa Lucena

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

### Introdução

A expansão exponencial da internet e o advento de novas tecnologias transformaram a forma como nos relacionamos, trabalhamos e consumimos. Paralelamente a esse avanço, a incidência de crimes virtuais no Brasil tem crescido de forma alarmante. Diante desse cenário, o ordenamento jurídico brasileiro tem se esforçado para acompanhar a dinâmica dos ataques cibernéticos e garantir a proteção dos cidadãos e das empresas. A popularização das redes sociais facilitou a comunicação e a interação entre as pessoas, mas também abriu portas para a disseminação de fake news, crimes de ódio, pedofilia, violação de direitos autorais e assédio virtual. Além disso, o comércio eletrônico, que se tornou fundamental para a economia, tem sido alvo dos hackers que visam roubar dados de cartões de crédito e informações pessoais. Diante disso, nota-se, uma necessidade do ordenamento jurídico atuar em defesa do controle e diminuição dos crimes que acontecem no mundo virtual.

### Objetivo

Analizar a evolução da legislação penal e civil brasileira no combate aos crimes virtuais, identificando suas principais lacunas e propondo medidas para aprimorá-las. Abordar a trajetória histórica da legislação brasileira, nos crimes cibernéticos. Discutir os principais desafios enfrentados pela sua aplicação e propor soluções para aprimorar a legislação tornando-a mais eficaz no combate aos crimes cibernéticos e na proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos no âmbito digital.

### Material e Métodos

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultadas diversas bases de dados científicas, utilizando palavras-chave relevantes como "crimes virtuais", "legislação brasileira" e "cibercrime". A busca abrangeu artigos científicos, teses, e legislação pertinente, publicada nos últimos 10 anos. Além disso, foram analisados documentos legais, como a Constituição Federal, o Código Civil e a Lei de proteção de dados (LGPD). Os critérios de inclusão e exclusão dos documentos foram



"definidos a priori, visando garantir a relevância e a qualidade das fontes. Após a seleção dos materiais, foi realizada uma análise aprofundada dos conteúdos, com o objetivo de identificar as principais tendências, lacunas e desafios na legislação brasileira relacionada aos crimes virtuais.

## Resultados e Discussão

A pesquisa realizada permitiu identificar uma evolução significativa na legislação brasileira relacionada aos crimes virtuais nas últimas décadas. No entanto, essa evolução não tem acompanhado o ritmo acelerado das inovações tecnológicas e a crescente sofisticação dos ataques cibernéticos. Adjacente a isso, percebe-se aspectos positivos com o surgimento da Lei de proteção de dados (LGPD), algumas outras leis que tipificam os crimes ocorridos no âmbito digital como a Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737/2012). Entretanto, ainda encontramos algumas lacunas a serem preenchidas, papel fundamental dos nossos legisladores. Isso se válida, pois, a era da hiperconectividade, ainda não encontra tanto amparo no nosso ordenamento jurídico, o que possui um aumento nos crimes dessa natureza, e uma certa impunidade na hora da aplicação normativa e sanção por parte do estado no meio digital, seja por uma falta de tipicidade ou outro fator. Por fim, observa-se que esta falta de efetividade ao combate aos crimes cibernéticos, ainda está falho, em razão de limitações em várias esferas, até mesmo a falta de tecnologia para as autoridades investigar e combater os crimes virtuais. A cada dia o amparado jurídico encontra-se em ascensão, e deve ser a preocupação do nosso ordenamento jurídico.

## Conclusão

Assim para mitigar os impactos dos crimes virtuais, é fundamental fortalecer a legislação e implementar medidas preventivas. Incluindo a atualização e a criação de leis que abordem especificamente a tipicidade de crimes digital, além de garantir que as autoridades competentes tenham os recursos e a formação necessária para lidar com esses desafios. Por fim, implementar políticas de proteção de dados e a promoção da cibersegurança nas escolas e nas empresas para construir uma cultura de responsabilidade e prevenção em relação a esses crimes. Somente por meio de um esforço conjunto será possível desenvolver estratégias eficazes que minimizem os riscos e promovam a confiança no ambiente digital

## Referências

- Kaspersky. (2019, 10 de outubro). O que são crimes cibernéticos e como se proteger deles? <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/what-is-cybercrime>
- Da Silva Bernardo, R. (2021, 23 de julho). Crimes Cybernéticos. Monografias Brasil Escola. <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/crimes-cyberneticos.htm>
- Ministério da Justiça e Segurança Pública. (n.d.). Crimes Digitais. Recuperado em 11 de outubro de 2024, de <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/sedigi/crimes-digitais>